

trónico entre as Administrações dos Estados membros e coordenador responsável pela implementação do Projecto de Euro-Mail, de Dezembro de 1994 até Dezembro de 1996;

Representante de Portugal no grupo de trabalho responsável pela definição da arquitectura das redes transeuropeias e pela definição das funcionalidades e requisitos da interface de acesso (Eurogate), de Setembro de 1994 até Dezembro de 1996;

Coordenador do grupo técnico da rede de comunicações do Ministério das Finanças, de Abril de 1994 até Dezembro de 1996;

Secretário-geral-adjunto do Ministério da Economia, de Dezembro de 1996 a Janeiro de 1998, sendo responsável pelas áreas administrativa e financeira e das infra-estruturas tecnológicas, formação e Centro de Documentação e Informação;

Subdirector-geral da Direcção-Geral dos Serviços de Informática do Ministério da Justiça, desde Janeiro de 1999 a Agosto de 2000, sendo responsável pelas áreas administrativa e financeira, infra-estruturas tecnológicas, administração de sistemas, produção, formação, Centro de Documentação e Informação e projectos especiais;

Vogal do conselho directivo do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, desde Agosto de 2000, responsável pelos Departamentos de Infra-Estruturas, Redes e Comunicações, Produção e Fornecimento de Serviços, Administração de Sistemas e Inovação, Administrativo e Financeiro e pelos Gabinetes de Informação e Documentação e Formação.

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Rectificação n.º 1193/2005. — Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 11 471/2005, de 18 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 23 de Maio de 2005, rectifica-se que onde se lê «18 de Abril de 2004» deve ler-se «18 de Abril de 2005».

15 de Junho de 2005. — Pelo Chefe do Estado-Maior, *José Manuel da Costa Pereira*, coronel de infantaria.

Rectificação n.º 1194/2005. — Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 11 473/2005, de 18 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 23 de Maio de 2005, rectifica-se que onde se lê «11940687» deve ler-se «1940687».

15 de Junho de 2005. — Pelo Chefe do Estado-Maior, *José Manuel da Costa Pereira*, coronel de infantaria.

Direcção-Geral de Viação

Anúncio n.º 108/2005 (2.ª série). — *Requisição de técnicos superiores licenciados em Engenharia para a Direcção Regional de Viação de Lisboa e Vale do Tejo e Delegações de Viação de Santarém e Setúbal.* — 1 — A Direcção-Geral de Viação pretende recrutar, através de requisição, funcionários públicos da carreira técnica superior licenciados em Engenharia para exercerem funções na Direcção Regional de Viação de Lisboa e Vale do Tejo e Delegações de Viação de Santarém e Setúbal.

2 — A selecção dos candidatos far-se-á mediante a análise curricular e a realização de uma entrevista profissional de selecção.

3 — O estatuto remuneratório é o previsto para os funcionários da Administração Pública, com a possibilidade de atribuição do suplemento mensal previsto no n.º 5 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro.

4 — As candidaturas devem ser remetidas por escrito, no prazo de 10 dias após a publicação do presente anúncio, para a Divisão de Pessoal e Expediente Geral, sita na Avenida da República, 16, 1069-055 Lisboa.

6 de Junho de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Despacho n.º 15 253/2005 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 12.º, n.º 3, e 13.º, n.º 2, da Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro, conjugado com o artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, nomeio, em comissão de serviço, para o cargo de meu chefe de gabinete a procuradora da República Maria Manuela Basílio Luís, com efeitos a partir de 24 de Junho de 2005.

23 de Junho de 2005. — O Director Nacional, *Orlando Romano*.

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 15 254/2005 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Junho de 2005 do director nacional, proferido no uso do despacho de delegação de competência, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 21 de Junho de 2005, foram promovidos ao posto de agente principal, por concurso de avaliação curricular, nos termos do n.º 1 do artigo 37.º do Estatuto do Pessoal da PSP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 511/99, de 24 de Novembro, com efeitos reportados a 7 de Março de 2005, ficando posicionados no escalão 1, índice 170, da tabela salarial em vigor para a PSP, os agentes abaixo designados:

Matrícula	Nome	Comando
146102	César Santa Guardado da Silva	Leiria.
145658	Daniel Almeida Felício	Lisboa.
145951	Abílio António Andrade da Conceição.	CI.
145371	António Francisco Pinto de Magalhães.	Porto.
145909	Arlindo Manuel Cordeiro Coelho Freitas.	Leiria.
145652	Nuno Miguel Mota Pedro	Lisboa.
145766	António Miguel Dias Fernandes	Lisboa.
145396	José Félix Esteves Martins	Lisboa.
146648	Joaquim Leonel de Bastos Gouveia	CI.
146385	Marco Aurélio Pereira Graça	Lisboa.
145832	Luís Manuel Galante Pio	Lisboa.
145668	António Manuel Araújo Morais	Porto.
145459	Pedro Guilherme Galindo Calhau	Porto.

24 de Junho de 2005. — O Director, *João Carlos de Jesus Filipe Ribeiro*, subintendente.

Despacho (extracto) n.º 15 255/2005 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Junho de 2005 do director nacional, proferido no uso do despacho de delegação de competência, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 21 de Junho de 2005, foram promovidos ao posto de agente principal, por concurso de avaliação curricular, nos termos do n.º 1 do artigo 37.º do Estatuto do Pessoal da PSP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 511/99, de 24 de Novembro, com efeitos reportados a 7 de Março de 2005, ficando posicionados no escalão 1, índice 170, da tabela salarial em vigor para a PSP, os agentes abaixo designados:

Matrícula	Nome	Comando
145498	Carlos Alberto Pinto Sousa	Porto.
145502	Pedro Vítor Duarte Lopes	Lisboa.
145490	Victor Amadeu Meireles Amorim Sá	Lisboa.
145653	Sérgio Paulo Correia Vicente	Lisboa.

24 de Junho de 2005. — O Director, *João Carlos de Jesus Filipe Ribeiro*, subintendente.

Despacho (extracto) n.º 15 256/2005 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Junho de 2005 do director nacional, proferido no uso do despacho de delegação de competência publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 21 de Junho de 2005, foi promovido ao posto de subcomissário do quadro de pessoal com funções policiais, com efeitos reportados a 28 de Março de 2005, o chefe M/129821, Joaquim Manuel Pereira Fernandes, ficando posicionado no escalão 1, índice 240, da tabela salarial em vigor para a PSP.

28 de Junho de 2005. — O Director, *João Carlos de Jesus Filipe Ribeiro*, subintendente.

Governo Civil do Distrito de Portalegre

Aviso n.º 6674/2005 (2.ª série). — 1 — Faz-se público que, por despacho de 22 de Junho de 2005 do governador civil do distrito de Portalegre, e nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso geral para o preenchimento de um lugar de chefe de secção do quadro de pessoal do Governo Civil do Distrito de Portalegre, aprovado pela Portaria n.º 290/87, de 8 de Abril.

2 — Garantia de igualdade de tratamento de oportunidades — em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Prazo de validade — o concurso visa o provimento do lugar mencionado e caduca logo que se verifique o seu preenchimento.

4 — Remuneração, local e condições de trabalho — a remuneração será a que resultar da estrutura salarial constante do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e demais legislação complementar, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para a Administração Pública, situando-se o local de trabalho no Governo Civil do Distrito de Portalegre, em Portalegre.

5 — Conteúdo funcional — as funções correspondentes ao lugar a prover são as constantes no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 465/80, de 14 de Outubro, e no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com redacção da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

6 — Requisitos de admissão:

Requisitos gerais — os constantes do artigo 7.º da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;

Requisitos especiais — ser assistente administrativo especialista com classificação de serviço não inferior a *Bom*.

7 — Método de selecção — será utilizado, de acordo com o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, o seguinte método de selecção:

Avaliação curricular;
Entrevista.

7.1 — Na avaliação curricular considerar-se-ão as aptidões profissionais dos candidatos, com base na análise do currículo profissional, sendo ponderados, de acordo com as exigências da função, os seguintes factores, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

- a) Habilitações académicas de base;
- b) Formação profissional;
- c) Experiência profissional.

7.2 — Nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso.

8 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao governador civil do distrito de Portalegre e entregue na Secretaria do Governo Civil ou remetido pelo correio, sob registo com aviso de recepção, para o Governo Civil do Distrito de Portalegre, Praça da República, apartado 294, 7301-901 Portalegre, até ao último dia do prazo fixado para entrega das candidaturas.

8.1 — Do requerimento de admissão devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de identificação fiscal, residência, código postal e número de telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Habilitações profissionais (cursos de formação, com indicação do número de dias e horas da respectiva duração);
- d) Identificação do concurso a que se candidata;
- e) Experiência profissional com indicação da categoria que detém, do serviço a que pertence, da natureza do vínculo e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- f) Classificação do serviço obtida nos últimos três anos;
- g) Declaração, sob compromisso de honra, nos termos do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, de que possui os requisitos gerais de provimento em funções públicas, previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8.2 — O requerimento de admissão ao concurso deve ser acompanhado, sob pena de exclusão do concurso, dos seguintes documentos:

- a) Certificado comprovativo das habilitações literárias;
- b) Classificação de serviço dos últimos três anos;
- c) Declaração, passada e autenticada pelo serviço de origem, da qual constem, de maneira inequívoca, a existência e a natureza do vínculo e a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública;

- d) Declaração autenticada, passada pelo serviço onde o candidato exerceu as funções no período de referência relevante para efeitos do presente concurso, especificando as tarefas e responsabilidades que lhe estiveram cometidas;
- e) *Curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado.

8.3 — Aos funcionários do quadro do Governo Civil do Distrito de Portalegre é dispensável a apresentação dos documentos referidos no n.º 8.2 do presente aviso caso constem do respectivo processo individual, devendo tal facto ser expressamente referido no requerimento de admissão ao concurso.

9 — A lista dos candidatos admitidos e a lista de classificação final serão comunicadas aos candidatos e afixadas na Secretaria do Governo Civil, nos termos dos artigos 33.º, 39.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente — Maria Teresinha de Freitas Filipe, secretária do Governo Civil do Distrito de Portalegre.

Vogais efectivos:

Paula Cristina Neto Guedes, chefe de divisão da Delegação Distrital de Viação de Portalegre.
João José Fonseca Branco, técnico de informática.

Vogais suplentes:

Maria do Carmo Mangerona Ruivo Mourato, técnica de informática.
Maria de Lurdes Bica Frutuoso, técnica de informática.

22 de Junho de 2005. — O Governador Civil, *Jaime Estorninho*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 15 257/2005 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 9 de Junho de 2005, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos seguintes cidadãos brasileiros:

Lista n.º 13/2005

	Data de nascimento
Marcelo Neves Amaral Guerra	16-6-78
José João Maria Rogério Mahon	8-11-26
José Carlos Miceli	22-8-41
André Vieira Gutman	17-5-65
Thiago Henrique Neves Ramalho Cunha	11-9-82
Jorge Luís Rodrigues Garcês	12-6-60
Jonatas Tolentino Fife	12-3-84
Claudio Eustáquio da Silva	9-5-58
Vânia Maria Aguiar Silva	29-6-72
José Roberto Salgado	5-11-60

23 de Junho de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho n.º 15 258/2005 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 9 de Junho de 2005, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres e de direitos políticos previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos dos artigos 15.º e 17.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com os artigos 2.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos seguintes cidadãos brasileiros:

Lista n.º 14/2005

	Data de nascimento
Raquel Mesquita Silva	5-2-81
Jhessica Tracy Araújo de Oliveira Monteiro	18-3-85
Magda Callado Ramos	11-7-65
Nisomar Pinheiro de Azevedo Filho	10-2-55

23 de Junho de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.